

CODEMIG Participações S.A. - CODEPAR

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015**

CODEMIG Participações - CODEPAR

Balço patrimonial Em milhares de reais

Ativo	Notas	31/12/2015	31/12/2014	Passivo e patrimônio líquido	Notas	31/12/2015	31/12/2014
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.239	15.880	Tributos a recolher	9	580	310
Total do ativo circulante		1.239	15.880	Total do passivo circulante		580	310
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Passivo financeiro	6	1.696	-
Ativos financeiros	6	38.551	-	Total do passivo não circulante		1.696	-
Investimentos	7	69.500	-	Patrimônio líquido	11		
Total do ativo não circulante		108.051	-	Capital social		94.000	14.000
				AFAC		10.000	-
				Reserva de lucros		3.014	1.570
				Total do patrimônio líquido		107.014	15.570
Total do ativo		109.290	15.880	Total do passivo e patrimônio líquido		109.290	15.880

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CODEMIG Participações - CODEPAR

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>Notas</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	12	(67)	-
Lucro antes do resultado financeiro		(67)	-
Receitas financeiras	13	2.361	1.559
Despesas financeiras	13	(142)	-
Resultado financeiro		2.219	1.559
Lucro antes do IRPJ/CSLL		2.152	1.559
IRPJ/CSLL	14	(708)	(506)
Lucro líquido do período		1.444	1.053
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expressos em R\$ por ação)			
Lucro básico por ação		0,02	0,08

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CODEMIG Participações - CODEPAR

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Lucro líquido do exercício	<u>1.444</u>	<u>1.053</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u>1.444</u>	<u>1.053</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CODEMIG Participações - CODEPAR

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em milhares de reais

	<u>Capital social</u>	<u>AFAC</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Reserva de lucros</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2013	14.000	-	26	491	-	14.517
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.053	1.053
Constituição de reservas	-	-	53	1.000	(1.053)	-
Em 31 de dezembro de 2014	14.000	-	79	1.491	-	15.570
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.444	1.444
Aumento de capital (Nota 11)	80.000	-	-	-	-	80.000
Constituição de AFAC (Nota 11)	-	10.000	-	-	-	10.000
Constituição de reservas	-	-	72	1.372	(1.444)	-
Em 31 de dezembro de 2015	94.000	10.000	151	2.863	-	106.417

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CODEMIG Participações - CODEPAR

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda	2.152	1.559
Ajustes de capital de giro		
Aumento dos tributos a recolher	66	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	(504)	(304)
Fluxo de caixa líquido originado de atividades operacionais	<u>1.714</u>	<u>1.255</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo financeiro disponível para venda	(36.855)	-
Aquisição de participação em coligadas	(69.500)	-
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(106.355)</u>	<u>-</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Valor recebido pela emissão de ações ordinárias	80.000	-
Valor recebido de adiantamento para futuro aumento de capital	10.000	-
Fluxo de caixa líquido originado de atividades de financiamento	<u>90.000</u>	<u>-</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	<u>(14.641)</u>	<u>1.255</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	15.880	14.625
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>1.239</u>	<u>15.880</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	<u>(14.641)</u>	<u>1.255</u>

CODEMIG Participações - CODEPAR

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Companhia de Desenvolvimento do Gás de Minas Gerais – CODEGÁS, subsidiária integral da CODEMIG, teve em 2015 sua razão social alterada para CODEMIG Participações S.A. (“CODEPAR”). Essa companhia, cuja constituição encontra-se autorizada pela Lei Estadual nº 19.965/2011, está sediada em Belo Horizonte e tem por objeto social promover o desenvolvimento econômico do setor industrial e de serviços especializados, além do desenvolvimento do setor de gás natural, seus produtos e derivados, no Estado de Minas Gerais e no país.

Nos termos de seu Estatuto Social, a CODEPAR alcançará seus objetivos sociais mediante: (i) a contratação ou execução de projeto, obra ou serviço; (ii) a pesquisa, a lavra, o beneficiamento, a exploração, a produção, a industrialização, o escoamento, a distribuição e qualquer forma de aproveitamento econômico do gás natural, seus subprodutos e derivados, direta ou indiretamente; (iii) a proteção e a preservação de mananciais em áreas de reservas de gás natural de que detenha a concessão; (iv) a participação em empreendimento econômico visando o desenvolvimento dos setores da indústria, prestação de serviços e de gás natural, juntamente com empresas estatais e/ou privadas, inclusive por meio de investimento em participações societárias; (v) a contratação de parcerias público-privadas; (vi) a participação em empresas privadas, por meio de investimento em moeda, direitos ou ainda aporte de bens de sua propriedade, incluindo, sem se limitar, em sociedades privadas com atuação no setor de gás natural; e, (vii) a participação, na qualidade de sócia, cotista e/ou acionista, no capital social de sociedades públicas e/ou privadas.

A CODEPAR possui investimentos em participações minoritárias da ordem de R\$ 106.355 mil destinados ao fomento da indústria de alta tecnologia no segmento Aeroespacial e de Telecomunicações, nas seguintes empresas: (i) IAS – Indústria de Aviação e Serviços S.A. (“IAS”), companhia sediada em São José da Lapa/MG, reconhecida pelo Ministério de Estado da Defesa como Empresa Estratégica de Defesa (“EED”), que presta serviços de manutenção e reparação de aeronaves, em especial de motores e componentes dos sistemas de combustível, elétrico, hidráulico e pneumático de aeronaves; (ii) Helicópteros do Brasil S.A. (“Helibras”), companhia sediada em Itajubá/MG, única fabricante brasileira de helicópteros, em operação desde 1978, responsável pela produção, venda e pós-venda no Brasil de aeronaves da Airbus Helicopters, maior fornecedora mundial do setor, controlada pelo Airbus Group; e (iii) Datora Mobile Telecomunicações S.A. (“Vodafone Brasil”), companhia com sede em Belo Horizonte/MG, parceira exclusiva da Vodafone UK para explorar o mercado brasileiro e uma das empresas pioneiras a operar no Brasil como Mobile Virtual Network Operator (“MVNO”), sendo capaz de oferecer soluções inovadoras Machine to Machine (“M2M”) e de Internet das Coisas (IoT – Internet of Things), além de serviços tradicionais de voz e banda larga.

Além disso, a CODEPAR lançou edital em 2015 para escolha de gestor do FIP Aerotec – Fundo de Investimento em Participações destinado ao fomento do ecossistema aeroespacial mineiro e da indústria aeroespacial de alta tecnologia em Minas Gerais, possibilitando, por exemplo, o desenvolvimento de: (a) atividades de PD&I (pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação) que resultem em novos produtos e serviços, processos, aplicações e tecnologias; (b) prestação de serviços especializados à cadeia aeronáutica; e (c) tecnologias de manufatura aditiva e outros tipos de manufatura aeronáutica.

A emissão destas demonstrações financeiras da CODEPAR foi aprovada pela Administração da Companhia em 14 de abril de 2016.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

CODEMIG Participações - CODEPAR

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso dos ativos financeiros disponíveis para venda e outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração a valor justo.

A preparação dessas demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.8.

2.2 Investimento em coligadas

Coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas.

Os investimentos da Companhia em suas coligadas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma coligada é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da coligada a partir da data de aquisição. O ágio relativo às coligadas é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem separadamente testado para fins de redução no valor recuperável dos ativos.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais das coligadas. Eventual variação em outros resultados abrangentes dessas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da coligada, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e as coligadas são eliminados em proporção à participação na respectiva coligada.

A soma da participação da Companhia nos resultados de uma coligada é apresentada na demonstração do resultado, fora do lucro operacional, representando o resultado após os impostos e participações de não controladores nas controladas das coligadas.

As demonstrações financeiras das coligadas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia. Independentemente disso, a defasagem máxima entre as datas de encerramento das demonstrações da coligada e da Companhia não será superior a dois meses.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em suas coligadas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento nas coligadas sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável das coligadas e o valor contábil e reconhece a perda na rubrica "Resultado de equivalência patrimonial", na demonstração do resultado.

Ao perder influência significativa sobre a coligada, a Companhia mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da coligada, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação serão reconhecidos no resultado.

CODEMIG Participações - CODEPAR

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ágio

O ágio (*goodwill*) resulta da aquisição participação em coligadas e representa o excesso da contraprestação transferida se comparado à participação no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida. Caso o total da contraprestação transferida seja menor do que a participação no valor justo dos ativos líquidos da coligada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

A Companhia detém participação nas seguintes coligadas:

Coligadas	Principal atividade	% participação	
		2015	2014
Helibrás - Helicópteros do Brasil ("Helibrás")	Aeroespacial	6	-
IAS - Indústria de Aviação e Serviços	Mecânica aeroespacial	15	-

2.3 Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante / não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

2.4 Principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, saldos disponíveis em contas correntes e aplicações financeiras de alta liquidez, com vencimento igual ou inferior a 90 dias e riscos insignificantes quanto à mudança de valor, utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

b) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos financeiros são classificados como: valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, ativos financeiros mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de

CODEMIG Participações - CODEPAR

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem: caixa, aplicações financeiras e outros ativos financeiros.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende de sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Os juros, variação monetária e cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos/recebimentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Companhia tem intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: a. empréstimos e recebíveis; b. investimentos mantidos até o vencimento; ou c. ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Aqui estão enquadrados os outros ativos financeiros a Companhia (Nota 7).

Desreconhecimento / baixa

Um ativo financeiro é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa de o ativo expirarem; e,
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro que possa ser razoavelmente estimado.

CODEMIG Participações - CODEPAR

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos ou como derivativos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia são tributos a recolher.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. Os juros, variação monetária e cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Desreconhecimento baixa

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada, paga ou expirar.

Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado com isenção de interesses; referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a Companhia não apresenta instrumentos financeiros derivativos.

CODEMIG Participações - CODEPAR

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

c) Impostos e contribuições a pagar

Corresponde ao PIS e COFINS sobre as aplicações financeiras e imposto de renda e contribuição social sobre o lucro tributável do exercício, líquidos do imposto de renda retido na fonte sobre as aplicações financeiras.

Lei nº 12.973, de 14 de maio de 2014.

No dia 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973 (conversão da MP 627/2013) que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido; (ii) estabelece ajustes às bases de cálculo do IRPJ e da CSLL, do PIS e da COFINS, por força de modificação ou da adoção de novos métodos e critérios contábeis estabelecidos pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09.

Com a nova lei, a legislação tributária estará alinhada à legislação societária e às normas contábeis internacionais, eliminando o conceito da dupla contabilidade. É opção da Companhia a adoção dos efeitos instituídos pela lei em 2014, sendo obrigatória sua adoção a partir de 2015.

A Companhia não efetuou a opção antecipada para 2014 adotando os novos critérios a partir de 2015 e considera que não houveram ajustes em decorrência de sua adoção em suas demonstrações financeiras do exercício anterior.

d) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, sua moeda de apresentação.

2.5 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Alterações adotadas pela Companhia

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2015 e não tiveram impactos materiais para a Companhia.

Revisão de pronunciamentos técnicos no. 06 – Projetos anuais de aprimoramento do IFRS 2010-2012 e 2011-2013 :

- (i) CPC 46/IFRS 13 – Mensuração de valor justo:** esclarece que a mensuração de ativos financeiros de curto prazo sem juros explícitos ao valor presente, quando seus efeitos são imateriais, é permitida, embora não seja requerida. Adicionalmente, esclarece que a exceção para mensuração ao valor justo de uma carteira pelo líquido, exceção trazida para o IFRS 13, se aplica a todos os contratos no âmbito do IAS 39 e do IFRS9.
- (ii) CPC 05/IAS 24 - Partes relacionadas:** esclarece que a entidade que presta serviços administrativos equivalentes à administração-chave é também parte relacionada e a entidade que reporta deve divulgar as despesas pagas a essa parte relacionada.

Outras alterações em vigor para o exercício financeiro iniciado em 1º de janeiro de 2015 não são relevantes para a Companhia.

CODEMIG Participações - CODEPAR

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

2.6 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas, e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, envolvem as seguintes contas contábeis: ativos e passivos financeiros, investimentos e avaliação da necessidade de provisões para riscos.

3 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

A Companhia participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas operações. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A avaliação destes ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é efetuada por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

A Companhia não aplica em derivativos, ou em quaisquer outros ativos de risco. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros equivalem aos valores contábeis dos mesmos.

Os ativos financeiros da Companhia mensurados a valor justo resume-se às aplicações financeiras que estão dentro do nível 1 da hierarquia do valor justo e os investimentos em empresas sem qualquer tipo de influência significativa ou controle (Vodafone Brasil), cujos detalhes se encontram na Nota 7.

Conforme descrito abaixo, a Companhia está exposta a diversos riscos financeiros inerentes à natureza de suas operações: risco de liquidez.

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função da inexistência de um fluxo de caixa regular usualmente obtido de operações e diferença dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pela área financeira, de modo a garantir que a captação prévia de recursos seja suficiente para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

CODEMIG Participações - CODEPAR

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.1 Gestão de capital

A política da administração é manter uma sólida base de capital visando manter o seu desenvolvimento futuro pautado pelas diretrizes do seu estatuto social. A Administração monitora a relação dívida patrimônio.

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Total dos empréstimos	-	-
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(1.239)	(15.880)
Saldo líquido de caixa (i)	(1.239)	(15.880)
Total do patrimônio líquido (Nota 11)	107.014	15.570
Total do capital (Nota 11)	<u>94.000</u>	<u>14.000</u>

- (i) A Companhia não possui dívida líquida ao final dos exercícios de 2015 e 2014, mas um saldo líquido de caixa.

4 Instrumentos financeiros por categoria

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Ativos		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras e fundos de investimentos	1.239	15.880
	<u>1.129</u>	<u>15.880</u>
Disponível para venda		
Vodafone Brasil (i)	38.551	-
	<u>38.551</u>	<u>-</u>
Total de instrumentos financeiros ativos	<u>39.790</u>	<u>15.880</u>
Passivos		
Tributos a recolher	580	310
Vodafone Brasil (i)	1.696	-
	<u>2.276</u>	<u>310</u>
Total de instrumentos financeiros passivos	<u>2.276</u>	<u>310</u>

- (i) Estes investimentos foram classificados como disponíveis para venda por não se enquadrarem nas demais categorias de ativos financeiros conforme previsto no CPC 38.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Certificados de depósitos bancários – CDB	1.239	15.880
	<u>1.239</u>	<u>15.880</u>

CODEMIG Participações - CODEPAR

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As aplicações financeiras estão registradas pelo seu valor justo e são lastreadas em Certificado de Depósitos Bancários - CDBs e operações de títulos, todos remunerados diariamente com a rentabilidade média de 103% do CDI - Certificados de Depósitos Interbancários em 31 de dezembro de 2015 (103% em dezembro 2014).

6 Outros ativos financeiros

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Vodafone Brasil		
Aquisição de participação	38.551	-
Passivo diferido	(1.696)	-
	<u>36.855</u>	<u>-</u>
Saldo de ativos financeiros	38.551	-
Saldo de passivo financeiro	(1.696)	-
	<u>36.855</u>	<u>-</u>

VODAFONE BRASIL

A Companhia subscreveu e integralizou 288.565 novas ações preferenciais de emissão da Datora Mobile Telecomunicações S.A. ("Vodafone Brasil") mediante o pagamento de R\$36.855. A participação subscrita e integralizada foi avaliada por especialistas em R\$38.551.

A Vodafone Brasil, com sede em Belo Horizonte/MG, é parceira exclusiva da Vodafone UK para explorar o mercado brasileiro e uma das empresas pioneiras a operar no Brasil como Mobile Virtual Network Operator ("MVNO"), sendo capaz de oferecer soluções inovadoras Machine to Machine ("M2M") e de Internet das Coisas (IoT – Internet of Things), além de serviços tradicionais de voz e banda larga.

Não é de entendimento da Companhia que a subscrição e integralização realizada proporcione influência significativa da Companhia sobre a Vodafone Brasil, tendo em vista que as ações subscritas são preferenciais, consequentemente sem direito a voto.

CODEMIG Participações - CODEPAR

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Investimentos

Os detalhes sobre os investimentos da Companhia estão apresentados a seguir:

	Participação %		Patrimônio líquido		Resultado do exercício		Investimento		Resultado de equivalência	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Indústria de Aviação e Serviços - IAS (i)	15	-	38.583	-	-	-	27.000	-	-	-
Helicópteros do Brasil - HELIBRAS (ii)	6	-					42.500	-	-	-
Total							69.500	-	-	-

Em 2015 a CODEPAR iniciou movimentações no sentido de aquisição de participação em coligadas financiada por aportes de capital de sua controladora, CODEMIG, no montante de R\$ 80.000. Adicionalmente, foi feito um Adiantamento para Futuro Aumento de Capital “AFAC” no valor de R\$ 10.000.

Com os recursos recebidos foram feitos, ainda no ano de 2015, investimentos em participações da ordem de R\$ 106.355, destinados ao fomento da indústria de alta tecnologia no segmento Aeroespacial e de Telecomunicações. Do montante total investido, R\$69.500 a CODEPAR obteve influência significativa e não obteve em R\$36.855, classificado como ativo financeiro mantido pra venda (Nota 7). Foram adquiridas participações minoritárias nas seguintes empresas:

(i) IAS – Indústria de Aviação e Serviços S.A. (“IAS”)

Companhia sediada em São José da Lapa/MG, reconhecida pelo Ministério de Estado da Defesa como Empresa Estratégica de Defesa (“EED”), que presta serviços de manutenção e reparação de aeronaves, em especial de motores e componentes dos sistemas de combustível, elétrico, hidráulico e pneumático de aeronaves;

(ii) Helicópteros do Brasil S.A. (“Helibrás”)

Companhia sediada em Itajubá/MG, única fabricante brasileira de helicópteros, em operação desde 1978, responsável pela produção, venda e pós-venda no Brasil de aeronaves da Airbus Helicopters, maior fornecedora mundial do setor, controlada pelo Airbus Group. Conforme requerido pela Interpretação Técnica ICPC 9 (R2), em caso de aquisição de coligada, a entidade adquirente deve aplicar o método de aquisição, o que implica no reconhecimento e mensuração de ativos qualificáveis adquiridos e dos passivos assumidos líquidos a valor justo. A Companhia não obteve informações suficientes que possibilitassem a aplicação do mencionado método de aquisição, bem como não obteve as demonstrações financeiras da empresa adquirida na data da aquisição e em 31 de dezembro de 2015. Tal assunto foi mencionado na “Base para opinião com ressalva” no Relatório dos Auditores Independentes, emitido pela PricewaterhouseCoopers, sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 da CODEMIG.

CODEMIG Participações - CODEPAR

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Transações com partes relacionadas

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 11)	10.000	-
	<u>10.000</u>	<u>-</u>

Além do AFAC evidenciado no quadro acima, a Companhia utiliza-se da mesma sede de suas operações e compartilha funcionários com sua Controladora sem qualquer transmissão de ônus. Exceto pelas transações retro mencionadas, não houve em 2015 qualquer outro tipo de registro de transações com partes relacionadas.

9 Tributos a recolher

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
PIS e COFINS	67	-
IRPJ e CSLL	513	310
	<u>580</u>	<u>310</u>

10 Passivos contingentes

A Companhia não está envolvida em qualquer assunto judicial, seja por questões fiscais, cíveis, trabalhistas ou de qualquer natureza, de modo que não existem passivos contingentes a serem divulgados em 31 de dezembro de 2015.

11 Patrimônio líquido

(a) Capital social

			<u>2015</u>	<u>2014</u>
	<u>Subscrito</u>	<u>A integralizar</u>	<u>Capital social</u>	<u>Capital social</u>
Saldo inicial	14.000	-	14.000	14.000
Subscrição de capital	80.000	(80.000)	-	-
Integralização de capital	-	80.000	80.000	-
	<u>94.000</u>	<u>-</u>	<u>94.000</u>	<u>14.000</u>
Quantidade de ações ordinárias			<u>94.000.000</u>	<u>14.000.000</u>

Em 31 de dezembro de 2015 o capital social integralizado é R\$ 94.000 (R\$ 14.000 em 31 de dezembro de 2014), representado por 94.000.000 ações detidas integralmente pela CODEMIG, entidade da qual a CODEPAR é subsidiária integral.

CODEMIG Participações - CODEPAR

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 16 de setembro de 2015 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 30.000 integralizado pelo único acionista CODEMIG, alterando o capital social subscrito e integralizado de R\$14.000 para R\$ 44.000 divididos em 44.000.000 ações.

Em 25 de novembro de 2015, foi aprovado pelo Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado da Companhia nos termos do art. 7º §2º de seu Estatuto Social, a subscrição e integralização de aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 50.000. Desse modo, nesta data o único acionista da Companhia, a CODEMIG, apresentava capital subscrito e integralizado de R\$ 94.000 divididos em 94.000.000 ações.

(b) Reservas

- (i) Reserva Legal: Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. A Companhia constituiu esta reserva no exercício de 2015, no montante de R\$ 72.
- (ii) Reserva de Lucros: Após a constituição da reserva legal a Companhia destinou o saldo dos lucros à constituição da Reserva de Lucros. A Administração da Companhia encaminhará proposta de destinação de lucros à Assembleia Geral Ordinária.

(c) AFAC

Em novembro de 2015, a CODEMIG fez transferências de recursos monetários no montante de R\$ 10.000 a título de adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC, aos quais viabilizaram parte dos investimentos realizados no exercício de 2015 (Nota 7).

12 Despesas tributárias

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(67)	-
	<u>(67)</u>	<u>-</u>

13 Resultado financeiro

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receitas		
Juros recebidos de aplicações financeiras	2.361	1.559
	<u>2.361</u>	<u>1.559</u>
Despesas		
Juros de mútuo	(142)	-
	<u>(142)</u>	<u>-</u>
	<u>2.219</u>	<u>1.559</u>

14 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia é tributada com base no lucro real as alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido.

CODEMIG Participações - CODEPAR

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Eventos subsequentes

Em 12 de janeiro de 2016, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do limite do capital autorizado da Companhia para R\$ 417.000, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Em 04 de fevereiro de 2016, a Companhia e a CODEMIG resolveram constituir uma empresa pública, CODEÁGUAS Águas Minerais Ltda., sob a natureza jurídica de sociedade limitada, mediante autorização dada pela Lei do Estado de Minas Gerais nº 19.965 de 26 de dezembro de 2011, com publicação no Jornal Minas Gerais – Diário do Executivo de 27/12/2011, pág. 1 col. 2 pela abertura da Aprovação a subscrição de R\$ 10 de capital, dividido em 10.000 quotas, sendo 100 da Companhia e 9.900 da CODEMIG.

Em 03 de março de 2016, foi aprovado pelo Conselho de Administração a subscrição e integralização de aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado da Companhia nos termos do art. 7º §2º de seu Estatuto Social, no montante de R\$ 160.000, sendo R\$ 10.000 integralizado com o adiantamento para futuro aumento de capital concedido em novembro de 2015 e R\$ 150.000 integralizado em equivalentes de caixa. Desse modo, o único acionista da Companhia, a CODEMIG, apresenta capital subscrito e integralizado de R\$ 254.000 divididos em 254.000.000 ações.

Utilizando-se dos montantes integralizados a Companhia investiu cerca de R\$ 146,9 milhões na aquisição de participação no BMI – Banco Mercantil de Investimentos S.A., companhia aberta controlada pelo Banco Mercantil do Brasil S.A. Foram adquiridas aproximadamente 221 milhões de ações ordinárias, representando 47,66% do total das ações com direito de voto, e aproximadamente 224 milhões de ações preferenciais, sem direito a voto, mas com direito de receber 10% a mais de dividendos do que as ações ordinárias ou 7% sobre o valor nominal da ação, o que for maior. O controlador do BMI também participou do aumento do capital do banco, com a subscrição de novas ações ordinárias no montante de R\$ 43 milhões. A operação foi realizada nos termos da Instrução da CVM nº 476 e depende da aprovação dos órgãos reguladores competentes.

**MARCO ANTÔNIO SOARES DA
CUNHA CASTELLO BRANCO**
Diretor-Presidente

**RICARDO WAGNER RIGHI DE
TOLEDO**
Diretor de Gestão de Projetos de
Investimento

MARCELO ARRUDA NASSIF
Diretor de Operações e Gás

GUILHERME TEIXEIRA RÉGIS
Contador - CRC MG 109.237/O-6

* * *